

Taxação de 20% em compra de até US\$50 passa na Câmara

Câmara aprova taxaçoão de 20% para compras internacionais de até US\$ 50

Acordo estipula alíquota em projeto sobre descarbonização do setor automotivo; texto vai ao Senado

Victoria Azevedo, Adriana Fernandes e João Gabriel

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (28) projeto que tributa as compras de até US\$50 em sites estrangeiros, como as plataformas asiáticas Shein, Shopee e AliExpress, com uma alíquota de 20%.

Hoje, as compras até esse valor são isentas da cobrança do Imposto de Importação e motivo de um embargo que se armista há mais de um ano entre as empresas nacionais, as plataformas e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A taxaçoão foi incluída no projeto de lei que cria o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação), um programa do governo para a descarbonização do setor automotivo. A votação foi simbólica, quando não há contabilização dos votos. Até a conclusão deste texto, Os deputados analisam destaques ao texto até a conclusão deste edição.

Na sequência, o projeto terá de ser apreciado pelo Senado. Inicialmente, o relatório do deputado Atila Lira (PP-PI) havia proposto acabar com a isenção de compras internacionais. Nesta terça, no entanto, ele apresentou dois pareceres: o primeiro com alíquota de 25%, e o segundo, de 20%.

Esse meio termo foi fruto de acordo selado na noite desta terça entre líderes da Câmara e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e que teve o aval do próprio presidente Lula, segundo pessoas que acompanharam as negociações.



Deputados na sessão da Câmara que aprovou o Mover, com 'jabuti' de taxaçoão a compras internacionais. Zeca Ribeiro/Divulgação Câmara

Mais cedo, o alagoano se reuniu com o petista para tratar do assunto. Lula era contrário à taxaçoão e chegou a dizer que vetaria o fim da isenção, caso o Congresso aprovasse.

Os estados já cobram hoje uma alíquota de 17% nas compras internacionais de até US\$ 50 por meio de plataformas online, e os governadores estudam subir a taxaçoão para 25%, movimento que tem apoio nos bastidores do Ministério da Fazenda, de acordo com pessoas a par do tema.

Estudos da indústria nacional apontam que a taxaçoão teria que ser entre 35% e 60% para garantir condições de igualdade das empresas brasileiras com os estrangeiros.

A Receita Federal tentou acabar com a isenção de pessoas físicas e taxar as compras com uma alíquota de 60% para fechar brechas para fraudes e sonegação nessas compras internacionais. A notícia repercutiu mal e serviu nas redes sociais para ataques de bolsonaristas ao governo Lula. Na época, o governo teve

acesso a pesquisas de monitoramento que apontaram que a grande maioria dos comentários sobre o assunto foi negativa. A pesquisa mostrou que uma ampla maioria dos comentários sobre o fim da isenção de impostos no envio de encomendas de até US\$ 50 (R\$ 250) do exterior foi negativa.

A primeira-dama Rosângela da Silva, Janja, e o PT foram contra o fim de isenção. O governo recuou e acabou criando o programa Remessa Conforme, com a isenção para as

plataformas que aderissem ao sistema.

As empresas nacionais (indústria e varejistas) não aceitaram e entraram com ação via CNI (Confederação Nacional da Indústria) e CNC (Confederação Nacional do Comércio), o que aumentou a pressão. A FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), com forte presença de representantes dos varejistas, se mobilizou para que o Congresso aprovasse a taxaçoão.

Antes da votação nesta terça, o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, acusou o governo Jair Bolsonaro de ter criado o problema da isenção do Imposto de Importação. Segundo ele, o governo passado transformou "o contrabando empolítico de Estado".

"Penso que o Congresso tem que dar uma resposta a um problema que não foi criado agora. Foi criado pelo governo anterior, que transformou o contrabando em política de Estado. Não se fez nada. É curioso como ninguém cobra isso", atacou. "O contrabando foi oficializado no Brasil, e as coisas tomaram essa proporção. Agora o Congresso está tomando para si a tarefa de mediar. É o papel do Congresso fazer essa mediação. Não vai recair sobre um partido ou um líder. Tem que ser uma mediação social."

Para o ministro da Fazenda, essa não é uma questão que poderia ser tratada do ponto de vista partidário, e sim sobre o ponto de igualdade de condições de competição.

"O Congresso está fazendo uma mediação entre os vários interessados, e o melhor é tratar o problema como uma questão de Estado. Então como uma questão ideológica menor. Uma questão de Estado. Estado brasileiro que está protegendo, na medida correta, a competição em condições isonômicas, iguais de competição. É disso desde o começo que se trata", disse Haddad após conversar com o presidente Lula antes da votação do projeto.

O Mover, projeto em que a taxaçoão foi inserida, é uma das prioridades do governo e foi criado no início do ano, por uma medida provisória, que tem validade até sexta (31).

Ele sucede o programa Rota 2030 e busca ampliar as exigências de sustentabilidade da frota automotiva e estimular a produção de novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Um dos objetivos é incentivar a descarbonização, promovendo combustíveis alternativos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1